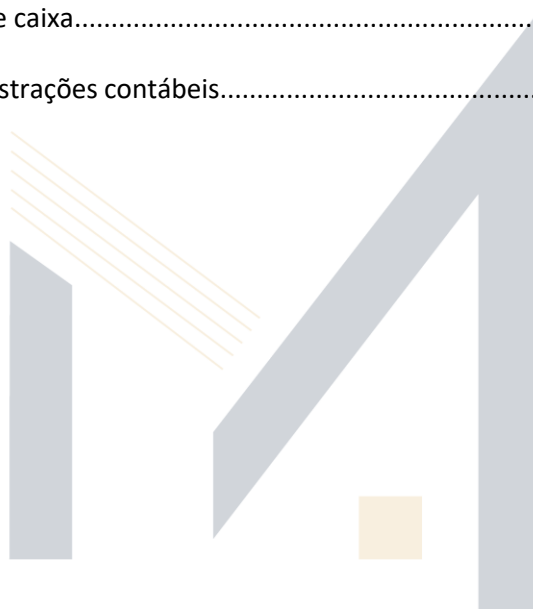


ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S.A.
Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31
de dezembro de 2020 e de 2019

Conteúdo	Páginas
Relatório do Auditor Independente.....	2 a 4
<i>Demonstrações Contábeis</i>	
Balço patrimonial.....	5 e 6
Demonstração dos resultados.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às Demonstrações contábeis.....	10 a 17



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores

ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S.A.

Santa Maria – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 17 com o título de eventos subsequentes a empresa efetuou, em janeiro de 2021, ajuste do passivo em contrapartida do ativo – encargos financeiros a apropriar do valor de R\$ 518.340,03, relativo a dívida com a prefeitura municipal de Santa Maria. Essas despesas serão reconhecidas ao resultado de acordo com que forem incorridas. Com isto, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 o passivo e o ativo estão apresentados a menor este valor. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independente, cujo relatório foi emitido em 31 de agosto de 2022, com ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 31 de outubro de 2022.

Vicente Michelin
CRC-RS 052.365/O-8

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRC RS Nº 4.626

ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Ativo

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CIRCULANTE		701.485,20	887.368,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	23.750,25	15.960,87
Clientes		184.802,14	218.377,93
Bancos conta vinculada	05	40.155,14	149.159,39
Adiantamentos	06	382.394,33	440.384,95
Impostos a recuperar		52.478,39	52.478,39
Outros créditos		17.904,95	11.006,59
NÃO CIRCULANTE		9.147.166,89	9.639.771,31
Depósitos judiciais		25.387,85	25.387,85
Créditos com controladora	07	4.668.098,34	4.715.897,12
Encargos a apropriar		100.705,24	140.461,72
Investimentos		-	-
Imobilizado e Intangível	08	4.352.975,46	4.758.024,62
TOTAL DO ATIVO		9.848.652,09	10.527.139,43

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Passivo
(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CIRCULANTE		5.132.885,93	3.397.714,27
Fornecedores		272.414,82	200.283,20
Empréstimos e Financiamentos	09	412.026,32	549.243,06
Salários e Ordenados a Pagar		277.486,74	45.056,00
Provisão de Férias e Encargos		246.687,20	163.956,77
Impostos, taxas e Contribuições Diversas	10	1.542.567,97	912.260,30
Obrigações Fiscais - Parc. Diversos	11	952.091,73	525.079,65
Parcelamento diversos	12	1.320.448,96	788.023,57
Outros Débitos		95.532,89	200.182,42
Dividendos a Distribuir		13.629,30	13.629,30
NÃO CIRCULANTE		7.090.106,52	7.955.764,71
Empréstimos e Financiamentos	09	402.666,96	553.666,92
Obrigações Fiscais - Parc. Diversos	13	2.866.463,80	3.356.177,44
Parcelamento diversos	14	1.962.945,67	2.162.065,22
Outros Débitos	15	1.858.030,09	1.883.855,13
PATRIMÔNIO Líquido		(2.374.340,36)	(826.339,55)
Capital social	16	3.552.878,81	3.552.878,81
Reserva Legal		55.474,14	55.474,14
Prejuízos Acumulados		(5.982.693,31)	(4.434.692,50)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		9.848.652,09	10.527.139,43

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita Bruta		2.290.039,83	5.275.482,39
Vendas		2.290.039,83	5.275.482,39
Prestação de Serviços Livre		2.290.039,83	5.275.482,39
(-) Deduções		(220.239,68)	(524.131,95)
Impostos e Contribuições Livre		(220.239,68)	(524.131,95)
Receita Líquida		2.069.800,15	4.751.350,44
Custo Das Vendas/Serviços		(1.748.769,13)	(2.939.224,45)
Custo Das Vendas/Serviços		(1.748.769,13)	(2.939.224,45)
Lucro Bruto		321.031,02	1.812.125,99
Receitas/Despesas		(1.561.174,85)	(2.779.965,01)
Despesas Gerais Administrativas		(1.470.162,92)	(2.546.469,99)
Despesas tributárias		(296.559,36)	(550.276,32)
Outras receitas operacionais		205.547,43	316.781,30
Outras despesas operacionais			-
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		(1.240.143,83)	(967.839,02)
Resultado Financeiro		(307.856,98)	(437.103,87)
Despesas Financeiras		(385.592,71)	(437.103,87)
Receitas Aplicações Financeiras		77.735,73	
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.548.000,81)	(1.404.942,89)
Prejuízo por ação		(0,43)	(0,39)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em reais)

Eventos	Capital Social	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldo no fim do exercício em 31/12/2018	<u>3.552.878,81</u>	<u>55.474,14</u>	<u>(3.029.749,61)</u>	578.603,34
Prejuízo do Exercício			(1.404.942,89)	(1.404.942,89)
Saldo no fim do exercício em 31/12/2019	<u>3.552.878,81</u>	<u>55.474,14</u>	<u>(4.434.692,50)</u>	<u>(826.339,55)</u>
Prejuízo do Exercício			(1.548.000,81)	(1.548.000,81)
Saldo no fim do exercício em 31/12/2020	<u>3.552.878,81</u>	<u>55.474,14</u>	<u>(5.982.693,31)</u>	<u>(2.374.340,36)</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.548.000,81)	(1.404.942,89)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação	412.064,46	418.657,64
Variações nos ativos e passivos		
Redução Clientes	33.575,79	132.306,79
Redução/Aumento Bancos conta vinculada	109.004,25	(37.082,40)
Redução Adiantamentos a fornecedores	57.990,62	59.288,00
Redução Impostos a recuperar	-	(3.642,54)
Aumento/Redução Outros créditos	(6.898,36)	4.440,00
Redução Depósitos judiciais	-	363,33
Redução/Aumento Créditos com controladora	47.798,78	(246.413,34)
Redução/Aumento Encargos a apropriar	39.756,48	(140.461,72)
Aumento/Redução Fornecedores	72.131,62	(16.324,30)
Aumento Salários e Ordenados a Pagar	232.430,74	8.887,00
Aumento Provisão de Férias e Encargos	82.730,43	31.063,22
Aumento/Redução Impostos, taxas e Contribuições Diversas	630.307,67	(828.687,87)
Redução Parcelamento diversos	270.604,28	1.991.696,63
Redução Outros Débitos	(130.474,57)	(73.217,82)
Redução Dividendos a Distribuir	-	-
Disponibilidades líquidas geradas/(consumidas) pelas atividades operacionais	303.021,38	(104.070,27)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de ativos	(7.015,30)	(20.064,36)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de Investimento	(7.015,30)	(20.064,36)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Variação em Empréstimos	(288.216,70)	98.674,14
Disponibilidades líquidas (consumidas)/geradas pelas atividades de financiamentos	(288.216,70)	98.674,14
Redução/Aumento nas disponibilidades	7.789,38	(25.460,49)
No início do período	15.960,87	41.421,36
No final do período	23.750,25	15.960,87

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S/A

CNPJ 95.624.219/0001-78

Santa Maria - RS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa tem por objetivo a exploração da indústria hoteleira, exploração dos serviços de frigobar e copa, a organização de congressos, convenções, seminários e eventos congêneres.

Visando a reversão do atual cenário financeiro, a empresa vem estudando a implantação de novas modalidades de hospedagens no modelo coliving e abrindo a locação de espaços para estações de trabalho compartilhadas, Coworking; A companhia também está disponibilizando no mercado imobiliário áreas ociosas do prédio para locação por empresas parceiras.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pronunciamento técnico CPC 26. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB.

As demonstrações contábeis e notas explicativas referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2020, foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Entidade, visto que as operações estão fluindo dentro da normalidade e não existem fatores que atualmente possam afetar significativamente o desempenho futuro da mesma. Bem como são de responsabilidade da administração, cuja autorização para sua conclusão, aprovação e divulgação, ocorreu em abril de 2023.

NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das

demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; imposto de renda e contribuição social diferido; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A empresa adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são efetivadas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020.

A) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações de liquidez imediata são atualizadas pelas variações monetárias e acrescidas de juros auferidos até a data do balanço.

B) CLIENTES

As contas de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação incluindo os respectivos impostos e reduzidos ao seu valor presente na data do balanço patrimonial se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. A necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosas é avaliada com base na experiência passada de inadimplência da Companhia e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

C) TRIBUTOS RECUPERÁVEIS

Refere-se a impostos não cumulativos e créditos tributários passíveis de compensação em períodos subsequentes, registrados pelo seu valor original.

D) IMOBILIZADO

Está ajustado por depreciações acumuladas, calculadas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica, fixado por espécie de bens.

E) FORNECEDORES

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses, caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

F) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido da instituição financeira, incluindo os custos da transação e subsequentemente demonstrado pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas como despesas financeiras com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha o direito de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

G) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real Anual, opção de estimativa por suspensão e redução mensal.

H) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

São classificados no circulante e não circulante e obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais.

I) PROVISÕES

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

J) APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime de competência, pela tributação do resultado com base no Lucro Real, com levantamento de balancetes mensais de suspensão e redução.

L) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização normal das atividades da empresa. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para empresa.

M) DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras são reconhecidas respeitando-se o regime de competência, e incluem os juros pagos ou creditados sobre empréstimos e financiamentos e sobre tributos parcelados. Também são incluídos os descontos concedidos, as variações cambiais passivas, juntamente com as tarifas bancárias e IOF sobre empréstimos.

NOTA 4. CAIXAS E EQUIVALENTE DE CAIXA

Descrição	2020	2019
Caixa	1.341,88	5.701,69
Banco conta movimento	22.224,03	4.651,03
Aplicação de liquidação imediata	184,34	5.608,15
	23.750,25	15.960,87

NOTA 5. BANCOS CONTA VINCULADA

Os saldos aqui demonstrados representam os valores a receber das operadoras de cartão de crédito e débito, são elas:

Descrição	2020	2019
Stone	38.873,29	146.444,91
Banricompras	1.281,85	2.714,48
Cartão de crédito diversos	-	-
	40.155,14	149.159,39

NOTA 6. ADIANTAMENTOS

Descrição	2020	2019
Adiantamento a Fornecedores	6.252,61	1.777,00
Adiantamento diversos	376.141,72	438.607,95
	382.394,33	440.384,95

NOTA 7. CRÉDITOS COM CONTROLADORA

Os saldos de R\$4.668.098,34 e R\$ 4.715.897,12 se referem a créditos com a controladora Hotéis Pampeano Ltda. atualizados até 31/12/2020 e 31/12/2019, respectivamente.

NOTA 8. IMOBILIZADO E INTANGIVEL

	Taxas %	Saldo em 01/01/19	Aquis. e baixas	Saldo em 31/12/19	Aquis. e baixas	Saldo em 31/12/20
Terrenos		288.005,37	0	288.005,37	0	288.005,37
Predios	4%	6.605.938,39	0	6.605.938,39	0	6.605.938,39
Aquecedor	10%	56.666,67	0	56.666,67	0	56.666,67
Instalações	10%	321.118,96	0	321.118,96	0	321.118,96
Moveis e utensilios	10%	1923.213,62	10.912,30	1.934.125,92	4.575,30	1.938.701,22
Maquinas e equipamentos	10%	524.032,25	0	524.032,25	0	524.032,25
Equipamentos de segurança	10%	21.031,98	0	21.031,98	0	21.031,98
Computadores e perifericos	20%	120.672,29	0	120.672,29	2.440,00	123.112,29
Intangivel	20%	1.946,92	9.152,06	11.098,98	0	11.098,98
Depreciações e amortização		(4.706.008,55)		(5.124.666,19)		(5.536.730,65)
Total		5.156.617,90		4.758.024,62		4.352.975,46

NOTA 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos aqui demonstrados representam o valor a pagar das operações de empréstimos e financiamentos junto aos credores:

	2020	2019
Stone – Modalidade Antecipação de recebíveis	-	85.763,99
Cartão Cooperativo Visa Crédito – Compras parceladas	23.653,69	43.598,98
Banco Bradesco S/A – Capital de Giro	155.069,38	226.057,04
Caixa Econômica Federal/BNDES - FUNGETUR	629.166,90	704.666,88
Banrisul – Utilização de limite	6.803,31	27.306,95
Sicredi – Utilização de limite	-	14.634,33
Saldo de antecipação de recebíveis	-	881,81
	814.693,28	1.102.909,98
Passivo Circulante	412.026,32	549.243,06
Passivo Não Circulante*	<u>402.666,96</u>	<u>553.666,92</u>
	814.693,28	1.102.909,98

*A parcela do Não circulante contempla exclusivamente a operação da FUNGETUR.

NOTA 10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS - PC

O saldo desta rubrica está assim composto:

CONTA	2020	2019
INSS a Recolher	711.295,59	352.626,79
FGTS a Recolher	201.000,63	174.344,89
Contribuição Sindical	4.254,42	904,40
ISSQN a Recolher	50.641,51	127.651,45
IRRF Empregados	196.980,04	121.635,56
IRRF s/Serviços	1.352,72	1.861,42
IRRF s/Serv PJ	654,07	212,80
PIS a Recolher	42.950,31	21.217,43
COFINS a Recolher	196.333,10	96.123,99
ICMS a recolher	2.589,06	2.381,95
Contribuições Retidas de Autônomos	6.750,62	6.750,62
Contribuições Retidas de PJ	1.414,08	260,45
Parcelamento ICMS	4.206,46	6.288,55
IPTU a recolher	122.145,36	-
Total	1.542.567,97	912.260,30

NOTA 11: OBRIGAÇÕES FISCAIS – PARC. DIVERSOS – PC

CONTA	2020	2019
Parcelamento REFIS – Lei 12.996/2014	164.014,56	94.062,15
Parcelamento REFIS PRT	609.881,89	331.457,61
Parcelamento REFIS PERT	128.576,48	70.615,59
Parcelamento Refis Lei 11.941	49.618,80	28.944,30
	952.091,73	525.079,65

NOTA 12: PARCELAMENTOS DIVERSOS - PC

CONTA	2020	2019
Parcelamentos impostos e taxas	2.468,25	-
IPTU parcelado a recolher	55.543,64	129.797,18

Parcelamento simplificado RFB- PIS	40.545,39	17.093,23
Parcelamento simplificado RFB-	215.522,54	98.787,64
Parcelamento simplificado RFB- IRRF	177.279,06	93.244,00
ISS Parcelado a recolher	118.829,02	42.667,80
Parcelamento INSS	710.301,06	406.433,72
	1.320.488,96	788.023,57

NOTA 13: OBRIGAÇÕES FISCAIS – PARC. DIVERSOS - PNC

CONTA	2020	2019
Parcelamento REFIS – Lei 12.996/2014	649.224,79	731.232,07
Parcelamento REFIS PRT	1.697.062,77	2.015.261,97
Parcelamento REFIS PERT	449.882,94	514.580,70
Parcelamento Refis Lei 11.941	70.293,30	95.102,70
	2.866.463,80	3.356.177,44

NOTA 14: PARCELAMENTOS DIVERSOS- PNC

CONTA	2020	2019
Parcelamentos impostos e taxas	-	-
IPTU parcelado a recolher	117.258,88	-
Parcelamento simplificado RFB- PIS	68.564,44	87.496,24
Parcelamento simplificado RFB-	342.559,77	443.637,55
Parcelamento simplificado RFB- IRRF	270.856,42	333.674,30
ISS Parcelado a recolher	273.827,11	156.448,64
Parcelamento INSS	889.879,05	1.140.808,49
	1.962.945,67	2.162.065,22

NOTA 15- OUTROS DEBITOS

CONTA	2020	2019
Dep. ICMS majorado	3.337,88	3.337,88
Parcelamento Municipal	1.854.692,21	1.880.517,25
	1.858.030,09	1.883.855,13

NOTA 16. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Autorizado é de R\$ 5.082.011,95 dos quais R\$ 3.552.878,81 encontram-se subscritos e integralizados, compondo-se de 3.552.878 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), sendo 3.528.606 ações ordinárias nominativas ou endossáveis,

17.617 ações preferenciais nominativas classe "A", e 6.655 ações preferenciais nominativas classe "C".

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto.

NOTA 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

No mês de janeiro de 2021 a empresa registrou contabilmente o valor de R\$ 518.340,03, na conta de encargos financeiros a apropriar no ativo circulante, com isto, a conta de passivo relativo a parcelamento de tributos municipais foi ajustada com esse valor. Essas despesas serão reconhecidas no resultado a medida que forem incorridas.

NOTA 18. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Não há eventos subsequentes após o encerramento do balanço que possam ser considerados relevantes à situação financeira e nos resultados futuros da empresa;
- b) Não foram constituídas novas provisões para encargos de risco, o saldo provisionado é suficiente;
- c) Não há ônus reais para garantia dos elementos apropriados no Ativo Circulante e NãoCirculante;
- d) Os bens patrimoniais da empresa foram dados como garantia para obtenção de seus financiamentos.